

**REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL A  
& C**

a. 15

n. 59

jan./mar. 2015

**Sumário**

Editorial .....	9
-----------------	---

**DOUTRINA**

**ARTIGOS**

Fundamentos de la responsabilidad del Estado (del Estado de Derecho a una Mayor Solidez)	
--	--

<b>Estela B. Sacristán .....</b>	13
1 Introducción.....	13
2 Aclaraciones previas. El Derecho Comparado y algunos presupuestos metodológicos....	14
3 Fundamentos diversos en la doctrina y la jurisprudencia .....	16
4 Debilitamiento del fundamento en el Estado de Derecho .....	20
5 Propuesta alternativa. La visión desde la Justicia .....	22
6 Reflexiones finales.....	26

El renovado Derecho Administrativo, a la luz del control de convencionalidad	
--	--

<b>Raquel Cynthia Alianak .....</b>	29
1 Introducción.....	30
2 Evolución del control de convencionalidad .....	30
3 Efectos del control de convencionalidad .....	32
4 Plexo de fuentes jurídicas involucradas en el marco convencional de los derechos humanos.....	33
5 La interpretación teleológica de los instrumentos de derechos humanos, las restricciones legítimas a los derechos humanos, y el margen de apreciación nacional... ..	36
6 Alcances del análisis de compatibilidad convencional, y de los deberes impuestos a los estados partes de la Convención Americana de Derechos Humanos .....	39
7 Algunas incidencias que el marco convencional señalado y su control producen en tópicos atinentes a la organización administrativa y sus manifestaciones, teniendo en mira la legislación positiva de la República Argentina .....	39
8 Incidencias en el procedimiento administrativo.....	43
9 Incidencias en materia de acceso a la justicia.....	44
10 Conclusión .....	45

O preâmbulo e seu componente normativo	
--	--

<b>Edilson Pereira Nobre Júnior .....</b>	47
1 O questionamento.....	47
2 A visão doutrinária .....	48
3 A singularidade do sistema jurídico francês.....	53
4 O tratamento do tema pelo Supremo Tribunal Federal .....	56
5 Palavras finais .....	60
Referências .....	60

Vinculação da Administração Pública aos precedentes administrativos e judiciais:  
mecanismo de tutela igualitária dos direitos sociais

<b>Daniel Wunder Hachem .....</b>	<b>63</b>
1    O problema da satisfação desigual dos direitos fundamentais sociais pelos Poderes Públicos e o direito à tutela administrativa efetiva .....	63
2    Tutela igualitária dos direitos sociais: fundamentos constitucionais para o reconhecimento do dever da Administração Pública de respeito aos precedentes.....	66
3    A vinculação da Administração Pública aos precedentes administrativos relativos a direitos sociais .....	69
3.1    Os precedentes administrativos ostentam caráter vinculante? .....	69
3.2    Pressupostos jurídicos para a atribuição de força vinculante ao precedente administrativo.....	71
4    A vinculação da Administração Pública aos precedentes judiciais referentes a direitos sociais: pelo fim da distinção entre cidadãos "com sentença" e "sem sentença" .....	74
4.1    Embasamento jurídico-constitucional para o reconhecimento da natureza obrigatória dos precedentes judiciais em matéria de direitos sociais .....	75
4.2    A eficácia expansiva das decisões judiciais que versam sobre direitos sociais e a atuação da advocacia pública em prol do seu reconhecimento.....	78
4.3    Análise de alguns exemplos envolvendo precedentes judiciais sobre direitos fundamentais sociais .....	82
Referências .....	88

O terror e seus efeitos contra os direitos humanos: estudo interdisciplinar

<b>Alexandre Coutinho Pagliarini, Tatiana de Carvalho Socorro .....</b>	<b>93</b>
1    Problematizações.....	93
2    Definições multidisciplinares de terrorismo .....	96
3    O terrorismo no Direito .....	99
4    Terrorismo, Psicologia e Psicanálise .....	104
5    Terrorismo, Black Books, Marco Civil da internet e projeto de lei brasileiro que regulamenta o crime de terrorismo.....	108
Referências .....	110

O regime de execução das empresas estatais: entre serviço público e exploração de  
atividade econômica

<b>Elio Petechust, Luiz Alberto Blanchet .....</b>	<b>113</b>
1    Considerações iniciais.....	114
2    Breve histórico das empresas estatais .....	115
3    Conceito e forma das empresas estatais .....	116
4    O regime jurídico aplicável às empresas estatais.....	120
5    O regime de execução por quantia certa incidente nas hipóteses que envolvem empresas estatais .....	122
6    O regime de execução cabível à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos .....	126
7    Conclusão .....	129
Referências .....	129

Operatividad de los derechos sociales en materia de vivienda

<b>Analía Antik .....</b>	<b>133</b>
1    Preludio.....	133
2    La conjectura .....	134
3    El concepto de derecho social .....	134
4    Para qué sirve la política pública .....	137

4	Limites éticos entre a autonomia da vontade e a dignidade humana em face das pesquisas com novos fármacos em seres humanos .....	235
5	Conclusão .....	238
	Referências .....	239
	<b>INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....</b>	<b>243</b>